



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho

O ESTADO DEPENDENTE E O NORDESTE BRASILEIRO: uma análise das relações trabalhistas na Zona da Mata Norte Pernambucana

RAMAYANE KAMILA FERREIRA LIRA ¹

RESUMO: Este artigo se destina a refletir a atuação do Estado no Nordeste Brasileiro. Partindo da concepção que o país está inserido em uma conjuntura internacional de dependência, apresenta-se como as formas de vida no Nordeste são perpassadas por essa contradição global e como a administração pública e as intervenções do Estado são orientadas na garantia dos mínimos sociais necessários à reprodução da força de trabalho para suprir as necessidades das burguesias nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: ESTADO; NORDESTE; RELAÇÕES TRABALHISTAS.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the role of the State in the Brazilian Northeast. Starting from the conception that the country is inserted in an international context of dependency, it presents how the forms of life in the Northeast are permeated by this global contradiction and how the public administration and the interventions of the State are oriented towards guaranteeing the social minimum necessary for the reproduction of the labor force to supply the needs of the national and international bourgeoisie.

KEYWORDS: STATE; NORTHEAST; LABOR RELATIONS;

1. INTRODUÇÃO

Marcado pelas altas temperaturas, paisagens paradisíacas e o clima árido, o

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Pernambuco

Nordeste é conhecido pelo traço histórico de ausência de trabalho para sua população, que, em um passado próximo, impulsionava parte da desta a retirar-se do território e deslocar-se para o Sul/Sudeste, em busca das melhores condições de vida. A mesma região, no entanto, ocupa o 3º lugar no ranking de participação regional no PIB do país (ETENE, 2019), tendo três estados – Bahia, Pernambuco e Ceará – se destacando na produção. Assim, o Nordeste é mais um retrato das contradições produzidas pelo modo de produção do capital, um território rico, que possibilita o cultivo de diversos alimentos, e uma população pobre e fragilizada pela vida fatigante sob o Sol e jornada exaustiva de trabalho, que não rende, nem mesmo, o acesso ao consumo dos alimentos que produzem, e seguem para a exportação.

O estado de Pernambuco, vive também essa desigualdade social que destoa o Nordeste turístico, com todas as potencialidades do local, e o Nordeste real, que exhibe a ausência das intervenções estatais e os ambientes caóticos que são ocupados pela classe trabalhadora. Pernambuco é composto por cinco mesorregiões - a saber: as mesorregiões Metropolitana, Mata, Agreste, São Francisco e Sertão, e este artigo limita-se à Zona da Mata Norte para analisar as relações de trabalho oriundas do passado escravocrata e, ainda, presentes na economia sucroalcooleira. Para refletir esta condição específica de dependência na região nordeste, este artigo analisa as relações trabalhistas – públicas e privadas – da zona canavieira de Pernambuco, situada na Zona da Mata Norte do Estado. Evidenciando o serviço público municipal, ao refletir como a administração pública é afetada pela formação social regional.

Assim, considerando as particularidades históricas, sociais e regionais, apresentamos o debate clássico sobre o Estado, conforme a teoria crítica marxista, e seus delineamentos na economia brasileira, periférica e dependente. Instigando a reflexão sobre os limites impostos pela condição de dependência e a formação social do país, refletimos como o Nordeste lida com sua realidade histórica, ao concentrar a população com maior índice de pobreza do país e ter as ações públicas residindo na fronteira dos mínimos sociais à classe trabalhadora.

O trabalho, desenvolvido no processo do mestrado em Serviço Social, é

construído a luz do materialismo histórico dialético, que suscita diversas aproximações ao real, para que, estabelecendo as mediações com o objeto, se ultrapasse a aparência da realidade investigada e seja possível visualizá-la em sua essência com os determinantes de sua totalidade. Este estudo abrange as categorias de Estado e Trabalho, e se insere nas produções sobre ambos, com a justificativa de compreender a realidade para traçar as possibilidades de intervenção na vida e rotina da classe trabalhadora que, sob o Sol forte do Nordeste, favorece o desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

2. O ESTADO DEPENDENTE NA TEORIA MARXISTA

De acordo com o método histórico dialético, o Estado é um produto da sociedade do capital e torna-se agente afetado pelas relações sociais próprias do capitalismo. Nesta tradição teórica, para compreendê-lo, é necessário pensá-lo diante da especificidade dinâmica do capital, que revela a necessidade de o modo de produção criar um poder – ou instituição – para mediar a os antagonismos irreconciliáveis entre as classes forjadas pela sociabilidade do capital (ENGELS,1984). Assim, se constitui o Estado, tendo como função comum, em todas as nações, a manutenção da ordem e a conciliação das classes, em prol da garantia da propriedade privada. Associado aos interesses da burguesia, a estrutura estatal é, então, perpassada pelas contradições e antagonismos de classes próprias do capitalismo, apresentando e representam, também, os mesmos interesses da burguesia.

Por esta razão, na luta de classes, o Estado burguês jamais se mantém neutro, mas sempre assume a postura de regulador necessário da dinâmica do capital e do trabalho, não só como uma opção política, mas sim como resultado de sua forma no seio da estrutura social (MASCARO, 2013), pois foi criado e pensado para colaborar e prover toda a estrutura necessária à manutenção do metabolismo social do capital. Entretanto, para além das intenções típicas do capital global, o Estado ainda tem suas funções delineadas conforme a participação econômica do país e/ou território político em que se situa, uma vez que, dentre as nações, o centro imperialista do capital é servido e explora os subordinados, numa contradição

clássica do capitalismo, que se baseia no desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nesta dinâmica, a América Latina é, também, cooptada à condição de dependência e subalternidade ao polo imperialista. Assim, o Brasil se desenvolve imerso em uma dinâmica internacional de desenvolvimento desigual e combinado e segue reproduzindo um cenário de desigualdades regionais que particulariza as expressões da questão social no Nordeste (PEREIRA, 2018).

Assentado no desenvolvimento desigual e combinado, esse processo é concebido no marxismo como um movimento que combina relações de avanço e atraso entre as diferentes nações, estabelecendo uma relação de dependência de umas com as outras, mantendo um desenvolvimento desigual entre estas. Segundo Trotsky (2017, p. 79), a lei do desenvolvimento desigual e combinado “é própria dos países atrasados no sentido de uma combinação original dos elementos retardatários com os fatores mais modernos”. Seus efeitos alcançam as nações, tardiamente, colonizadas e impõem, a estas, níveis de desenvolvimento e um padrão de dominação econômico que privilegia o centro imperialista. Em resumo,

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são processos relacionados que emergem de forma simultânea e imbricada. São resultados do desencadeamento, expansão e amadurecimento do sistema mundial capitalista e das relações que o constituem (OSÓRIO, 2016, p. 500).

Neste sentido, a economia brasileira, que atua na produção de commodities que exploram, sobretudo, a agropecuária e a mineração – atividades extrativistas, que exaurem e deterioram o meio ambiente e as reservas naturais –, opera de forma limitada na produção de bens, agindo, basicamente, com atividades econômicas que não requerem o desenvolvimento de outros ramos produtivos para sustentar a produção exportadora (OSÓRIO, 2016). Portanto, o país segue atrelado à dinâmica internacional de atraso e modernização, contando com tecnologias de ponta para produzir e/ou extrair matérias-primas básicas que serão utilizadas na produção das tecnologias avançadas.

Não se restringindo ao âmbito econômico, a amálgama do processo de colonização brasileira preservou particularidades do processo de formação, que se perpetuaram ao longo da história do país e se condensaram no processo interno de consolidação e, posteriormente, expansão capitalistas. É este pacto burguês, pelo desenvolvimento do capital no território brasileiro, que pulveriza contradições

particulares do capital na formação social brasileira.

Assim, a condição de dependência, ao incidir sob o Estado, atinge a classe trabalhadora, que resiste à condição de vida degradante em um trabalho superexplorado², especialmente no Nordeste, região que concentra 35,7% da população em idade de trabalhar sendo subutilizada³ (PNAD CONTÍNUA, 2022), dado que caracteriza o caráter crônico do desemprego na atualidade, tendência apontada por Mészáros (2003), ao analisar a dinâmica do capitalismo no início do século XXI.

Neste sentido, privilegiando a combinação de elementos para a manutenção do modo de produção, o Estado brasileiro segue produzindo respostas às expectativas de acumulação do capital, nos limites de sua condição de dependência. É conforme esta premissa que se desenvolve o gerencialismo, um modelo de administração pública que condensou modelos anteriores, preservando características de ambos, em função do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Marcado pelo pacto entre a oligarquia agrária e a burguesia emergente do período industrial brasileiro, o desenvolvimento econômico viveu a junção de formas pré-capitalistas de certos setores da economia – particularmente a agricultura – e o setor emergente da indústria, que possibilitou o encontro do “arcaico” com o “novo”, diante da conservação de características do período colonial (latifúndio e o trabalho escravo) e industrial, quando foram intensificadas a exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003). A aliança resultante do acordo entre os grupos econômicos foi suficiente para garantir ao Brasil a industrialização e urbanização, em meados do século XX.

Contudo, o desenvolvimento capitalista logrado traz consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado (FERNANDES, 1981). Reafirmando sua ligação com a classe dominante, o Estado Brasileiro cria o

2 Segundo Marini (1973), a superexploração é definida a partir da intensificação, da prolongação da jornada e da expropriação de parte do tempo necessário ao operário para repor sua força de trabalho, de modo que, o trabalho realizado por este será pago abaixo do seu valor, de forma que a classe trabalhadora na América Latina é menos remunerada, pelo mesmo trabalho, que as classes trabalhadoras dos países imperialistas.

3 Conforme os dados do 1º trimestre de 2022, da PNAD Contínua (2022), a região Nordeste apresenta a maior taxa de subutilização da força de trabalho do país, se comparada às demais regiões.

gerencialismo, como proposta de contrarreforma administrativa, vinculada ao neoliberalismo, para concretizar a restrição dos espaços e canais de atendimento aos interesses das camadas populares, possibilitando o Estado mínimo e a redução dos gastos sociais com as classes subalternas. A proposta gerencial traduzia a justaposição de dois modelos administrativos: o patrimonialismo e a burocracia tradicional. O patrimonialismo, ordem administrativa do período escravocrata, como produto da colonização portuguesa no Brasil, que prioriza, por excelência, a personalidade nas relações, sejam públicas ou privadas. Neste modelo, tanto os integrantes da família quanto os súditos políticos, são subordinados às vontades ilimitadas do senhor (Weber 1999, p. 151 apud SOUZA FILHO e GURGEL, 2016). Florestan (1976, p. 207) confirma que

Sob o regime escravocrata e senhorial, a aristocracia podia conter (e mesmo impedir) esse tipo de oposição, fixando às divergências toleradas os limites de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos (convertidos automaticamente nos “interesses da ordem” ou “da Nação como todo”).

No Brasil, os resquícios desta ordem recordam as práticas clientelistas, que se perpetuam, inclusive, na história política do país, ilustrado, por exemplo, no voto de cabresto, ainda presente em cidades da Zona da Mata Pernambucana. As oligarquias, como afirma Fernandes (1976, p. 204), “visavam exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares”. Assim, compreende-se como, na atualidade, representantes políticos seguem inserindo familiares e amigos nas atividades e cargos públicos, levando as relações pessoais aos espaços públicos. E mais que isso, conservando a forma oligárquica de fazer política. Por isso, assiste-se ao pacto formado entre a burguesia e a oligarquia agrária no cenário político atual, pois desfrutam da combinação dos interesses de seus antepassados, deixada como herança para continuar a condução do processo de expansão no capital em solo brasileiro.

A burocracia tradicional, por sua vez, que corresponde a administração capitalista, baseada na racionalidade instrumental, estruturada formal e legalmente, tem como objetivo viabilizar a produção social e apropriação da mais-valia, sendo expressa na necessidade de manter a ordem social, difundir ideias da classe dominante, reprimir reações, atender demandas da classe dominada e se

materializar nos aparelhos burocráticos criados pelo Estado para assegurar o processo de acumulação. Sua concretização, contudo, não se limita aos órgãos estatais; abrange a difusão de uma ideologia capitalista que, imersa nos espaços privados, preza pela impessoalidade, definição de regras orientadoras de ação, remuneração em dinheiro, competências de servidor e hierarquia organizacional, dentre outras (SOUZA FILHO e GURGEL, 2016). Os frutos da ideologia capitalista difundidos no período da burocracia de Estado também persistiram ao longo do tempo. Uma amostra é o discurso meritocrático que ignora a questão social, o antagonismo e as contradições de classe, e trata o enriquecimento como resultante do desempenho pessoal e da capacidade intelectual de cada indivíduo. Esse sistema de méritos é institucionalizado no Brasil, sendo visível em programas socioeducacionais, que usam exames e vestibulares no processo de admissão em universidades e concursos para mensurar a capacidade intelectual de candidatos, excluindo as desigualdades do ensino educacional e a defasagem cultural ocasionada pelo sistema público de ensino. Enfim, a burocracia estabelece normas que legitimam privilégios à classe dominante e condenam à pobreza e à miséria a classe dominada.

Destarte, perante às requisições internacionais, o Brasil, ciente que “o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1976, p. 293), desenvolve e consolida a combinação entre patrimonialismo e burocracia, configurando uma unidade contraditória e coerente com a particularidade do capitalismo dependente e periférico no país, que expressa elementos históricos da dominação operada pelos proprietários rurais e pela burguesia emergente, em todo o território nacional.

A região Nordeste, dessa forma, vive a conjuração de regimes de trabalho que expressam o atraso e o moderno das relações trabalhistas. Incorporando a particularidade da economia dependente em todas as contradições reproduzidas pelo sistema de produção do capital, prevalecem a monocultura da cana-de-açúcar, remanescente das atividades escravas no período colonial, e o serviço público, que segue a lógica do acesso por mérito e a impessoalidade das relações.

Como duas faces de uma mesma moeda, ambas relações de trabalho, apresentam particularidades que pertencem, originalmente, ao outro regime, em um intrínseco processo de imbricação das formas trabalhistas no continente do labor. Enquanto a monocultura da cana, caracterizada por um trabalho braçal e exaustivo, remunera por produtividade, utiliza como reforço à esta produção, premiações – semelhante aos bônus das grandes corporações privadas (e do serviço público) – para os/as trabalhadores/as rurais que se destacaram na safra canavieira⁴. O serviço público, por sua vez, remunera pelo tempo trabalhado, contudo, oferta gratificações e utiliza o contraste com o trabalho rural para pressionar os/as servidores/as a sucumbir às inúmeras demandas postas pela administração, além de acatar o apadrinhamento político, que consiste nas indicações para os cargos públicos.

Assim, ambientes marcados pelo desenvolvimento desigual e combinado, como o Nordeste, são afetados de forma desigual dos demais e desenvolvem respostas particulares às manifestações da questão social em seus territórios.

O redimensionamento do Estado, desse modo, ocorrido por meio do neoliberalismo, escancarou o caráter de dependência do Brasil perante o imperialismo. No neoliberalismo, o Estado torna-se uma esfera regida pela concorrência e submetida as exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas, transformando-se em um Estado mais flexível que, ao aumentar a eficácia e reduzir os custos da ação pública, “subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 274). Assim, o recente processo de erosão dos direitos sociais, que conduziu à redução da proteção social ao trabalho, possibilitando maior exploração da força de trabalho, condenou a classe trabalhadora às atividades informais e ao endividamento de 78% das famílias brasileiras (NAIME, 2022).

Os graves efeitos desta macropolítica global de acumulação por espoliação, nos últimos anos, aprofundou a subsunção real do trabalho ao capital e sucumbiu à

4 Em conversa informal com um trabalhador permanente de uma usina canavieira, localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco, em novembro de 2021, tomamos ciência que estas empresas incentivam os trabalhadores rurais para que não apresentem atestados médicos ao longo da safra, além, de premiá-los com eletrodomésticos (os mais comuns são as geladeiras, televisores, liquidificadores e ventiladores) e cestas básicas, após uma rotina penosa com duração média de 10 horas por dia, de segunda à sábado.

classe trabalhadora às novas formas de emprego precárias, provisórias e temporárias. Tais medidas, no entanto, reverberam, com maior força, sob a classe trabalhadora do Nordeste, que vive a ampliação do empobrecimento, redução do poder de compra e o aumento substancial da dependência dos empregos formais e da intervenção do Estado, que custeia o pauperismo e redistribui a desigualdade regional.

3. PARTICULARIDADES DO ESTADO NO NORDESTE E A RELAÇÃO TRABALHISTA

Concentrando 39,7% de pobreza regionalizada, o Nordeste apresenta o maior índice de pobreza do país, com incidência quase quatro vezes maior do que no Sul e no Centro-oeste e, pelo menos, 2,5 vezes a do Sudeste (IMDS, 2022)⁵. Historicamente, a região é conhecida pela rotina de fome e miséria que marca a vida dos nordestinos e já foi retratada por inúmeros artistas em suas obras. Ainda que seja conhecido pelos ambientes e biomas marcados pela seca e escassez, o Nordeste se mostra uma região altamente produtiva em diversos ramos econômicos, como no campo sucroalcooleiro. Prática secular em Pernambuco, a produção advinda da cana-de-açúcar foi o impulso para que o Estado, ainda no Brasil Colônia, se destacasse diante dos demais.

O cultivo da cana, então, se expandiu e tornou-se uma das práticas econômicas mais rentáveis para o Estado ao longo da história. Predominando na Zona da Mata Pernambucana, a agroindústria do açúcar e do álcool exerce uma forte influência sobre a realidade social local. Esta dominação histórica dos engenhos e usinas sucroalcooleiros na região possibilita a ocorrência de práticas patrimonialistas, que confundem e fundem os âmbitos público e privado, cedendo o espaço público às ações clientelistas, que se perpetuam, inclusive, na história política do país, ilustrado, a exemplo, no voto de cabresto.

Essa íntima relação da região com o passado escravocrata propiciou a formação de particularidades no território pernambucano. Galindo (2009) apresenta

5 Segundo os dados do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), publicados em junho de 2022, a região nordeste supera todas as regiões do Brasil, que apresentam os seguintes índices: Norte: 36,4%, Sudeste: 14,4%, Centro-oeste: 11,1% e Sul: 10,0% (IMDS, 2022).

que a Zona da Mata Pernambucana ocupava mais trabalhadores rurais que as demais mesorregiões do Estado, se comparada com estas. Conforme o autor, enquanto 71,7% dos trabalhadores rurais exerciam trabalho remunerado, nas demais regiões apenas 40,4% obtiveram alguma remuneração pela atividade desempenhada (GALINDO, 2009). Contudo, a particularidade de emprego sazonal nas usinas sucroalcooleiras impõe condições centrais que ganham destaque na cena urbana do interior pernambucano. No pico da safra, a agroindústria da região emprega cerca de 100 mil trabalhadores rurais, dos quais 1/3 são trabalhadores permanentes, e 2/3 são safristas (GALINDO, 2009), que ficam desempregados a maior parte do ano. Essa particularidade revela as condições de trabalho que são postas aos trabalhadores da região, bem como as expectativas de ocupações no mercado de trabalho.

Reflete-se que a região vive o desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2003) e necessita de outras formas de trabalho para garantir a sobrevivência. Como aponta Grohmann (2020), em tempos de *gig economy*, a “economia dos bicos”, países imperialistas vivem a ascensão do trabalho digital que é inserido no cenário internacional como uma opção de realização de trabalho informal. Contudo, “na América Latina, especificamente, no Brasil, o bico, a viração, o trabalho informal foram historicamente a norma, não a exceção, atuando como maneiras de gestão de sobrevivência da classe trabalhadora” (GROHMANN, 2020, p.101). Assim, em regiões como a zona sucroalcooleira de Pernambuco, a classe trabalhadora rural lida com a obrigação de manter uma atividade informal que seja suficiente para garantir a renda mensal familiar, no período entre safra.

Para além da instabilidade e baixo nível da renda rural, ainda se observa que, nestas regiões, programas de transferência de renda – como o, extinto, Programa Bolsa Família, atual Auxílio Brasil –, aposentadorias e pensões tornam-se a principal e única renda de parte expressiva da população (GALINDO, 2003). Portanto, é corriqueiro encontrar famílias numerosas que se mantêm, por exemplo, com a transferência mensal do Benefício de Prestação Continuada, garantido à pessoa idosa e à pessoa com deficiência. Deste modo, o benefício financeiro que é garantido para assegurar, minimamente, as necessidades básicas deste público

específico – alimentação, transportes, medicações, acesso à saúde, entre outras necessidades –, se torna a única fonte de renda para sustentar toda a família, sendo insuficiente para as necessidades de todos os componentes.

Observando a atuação do Estado, nestas localidades, nota-se que suas ações são orientadas para garantir a disponibilidade contínua da força de trabalho barata para as usinas e indústrias sucroalcooleiras. As intervenções do poder público, em Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, se limitam a oferta de cursos que não alteram, drasticamente, a vida da classe trabalhadora local. É comum, dessa maneira, que as instituições públicas municipais ofertem cursos de curta duração para que a população obtenha o conhecimento necessário para realizar atividades informais que subsidiem, instantaneamente, a reprodução de sua força de trabalho, assegurando que os trabalhadores tenham uma ocupação temporária para o período entre safras, mas que retorne ao campo quando o período da moagem for iniciado. Destarte, unidades da proteção básica do Sistema de Único de Assistência Social (SUAS), como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), a Casa das Juventudes, a Coordenadoria da Mulher, realizam, anualmente, cursos de cabeleireira/o, manicure, design de sobrancelhas, pedreiro, eletricista, entre outros cursos que exijam baixa formação escolar, para as pessoas identificadas em situação de risco e vulnerabilidade sociais.

Além disso, o Estado, que é o agente responsável pela assistência alimentar à população, com recorrência, oferta assistência aos trabalhadores safristas, que comparecem aos CRAS para fazer solicitações de benefícios eventuais, como a cesta básica, especialmente, no período atual, com o agravamento da fome no país, após a eclosão da Pandemia da COVID-19. Assim, vê-se que a remuneração oriunda da economia canavieira é insuficiente para a manutenção das famílias que realizam o trabalho rural nos canaviais, sendo insuficiente para que a família se sustente ao final da safra canavieira.

No entanto, as particularidades do Estado no Nordeste não se limitam apenas às suas funções na prestação do serviço. A atual fase do capitalismo periférico avança sob o serviço público e compromete a execução e gestão das funções típicas de Estado, com legislações que incitam a abertura do espaço público para a

empresa privada, seja via terceirizações, PPP's ou privatizações. Logo, o capitalismo, em sua voracidade por lucros vultosos, compromete as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora rural, pressiona o Estado para assistir à população garantindo o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho e precariza o serviço público local, enquanto pratica a re-filantropização das respostas à questão social⁶ (YASBEK, 1995 apud MONTAÑO, 2004) e suas expressões.

Ou seja, submetido ao discurso neoliberal, o Estado atuará garantindo as condições gerais de acumulação capitalista (BRETTAS, 2020) e, no Nordeste, realizará este projeto na região que concentra a parcela mais expressiva da população brasileira vivendo em situação de pobreza, agravando as expressões da questão social, ao expropriar os direitos sociais, além de restringir o acesso a estes e precarizar a execução do serviço público.

Não se limitando à Zona da Mata pernambucana, a atual política brasileira, também herdou práticas patrimonialistas do passado escravocrata e segue conjurando os interesses privados nos espaços públicos. Em Pernambuco, a realidade é análoga à conjuntura nacional e se destaca a manutenção dos currais eleitorais nas prefeituras, a partir da inserção dos contratados/as no serviço público municipal. A prática é comum em todo o país, com exemplos de acontecimentos na região sudeste, quando servidores contratados e comissionados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, foram compelidos a atuarem como 'Guardiões do Crivella', realizando plantões na porta de hospitais para impedir trabalho da imprensa, durante a pandemia da COVID-19, ainda em 2020 (CAMPOS et. al., 2020). Também em Recife-PE, servidores com cargos comissionados foram convocados a trabalhar para o candidato do prefeito Geraldo Júlio, que na época era o chefe do executivo da cidade (VALADARES, 2020).

Também na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco foi verificada a permeabilidade da formação patrimonialista nas cidades do interior do estado. A microrregião da Zona da Mata Norte, é composta por 19 municípios – Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do

6 Conforme a explicação de Montañó (2004), na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da "sociedade civil" a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda.

Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência –, e têm, em todo o território, cinco usinas de cana-de-açúcar ativas.

Quadro 1 Usinas de cana-de-açúcar ativas na Zona da Mata Norte

UNIDADE ALCOOLEIRA	LOCALIZAÇÃO
Usina Central Olho D'Água	Camutanga
Usina Laranjeiras	Vicência
Usina Petribú	Lagoa do Itaenga
Usina Santa Tereza	Goiana
Unidade Cruangi	Timbaúba

Fonte: Elaboração própria.

Através da consulta aos portais da transparência das prefeituras da microrregião, observou-se que o setor de serviços, e neste, o serviço público, é o provedor de grande parte das vagas de trabalho dos municípios. Embora toda a região seja uma zona canavieira, que também contribui para o provimento de vagas no mercado de trabalho dos municípios, estas ocorrem nos períodos das safras da cana-de-açúcar, que tem uma duração média de 3 a 6 meses – destacando-se os 6 meses de produção, apenas, na Usina Petribú, localizada em Lagoa do Itaenga⁷. Assim, viu-se que o serviço público municipal é um importante empregador das forças de trabalho locais, fato que foi possibilitado após a municipalização dos serviços públicos, no período da redemocratização do Estado Brasileiro. Contudo, também viabilizou o cargo público municipal como ferramental política para a promoção das elites político-partidárias locais, cooptando, mais uma vez, o espaço público para a promoção de práticas patrimonialistas.

Analisando o serviço público, nota-se que o atual direcionamento do Estado visa a redução das contratações de servidores via concursos públicos, à medida que são aprovadas, incentivadas e ampliadas contratações via indicações políticas,

7 As demais usinas têm um período de safra com duração entre três e cinco meses.

terceirização e quarteirização. De acordo com o IPEA (2020), dentre os níveis federal, estadual e municipal, no período de 1986 a 2017, apenas o nível municipal apresentou crescimento notável, devido a municipalização das políticas públicas e direitos sociais. Contudo, em 2013 e 2014, os três níveis da hierarquia pública apresentaram estabilização do número de contratados, seguido de retração dos corpos funcionais até 2017 (IPEA, 2020), último ano analisado pelo Atlas do Estado Brasileiro. Ainda segundo a série do IPEA, o estado de Pernambuco seguiu a projeção nacional, apresentando crescimento vertiginoso no provimento de vagas via concursos públicos até 2014, com 2,4 milhões de servidores, e redução do número até 2017, chegando a 2,16 milhões (IPEA, 2020).

Após consulta aos portais das transferências, foi possível notar que a região dispõe de 7.640 servidores públicos efetivos e 7.541 servidores públicos contratados, e nas cidades de Glória do Goitá, Goiana, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Paudalho e Vicência o número de contratados supera os servidores públicos efetivos, conforme exposto na tabela. Destaca-se, especificamente, o município de Glória do Goitá-PE, que há 120,87% a mais de contratados que servidores. Essas constatações despertam inquietações sobre a existência ou não de critérios para a inclusão de trabalhadores contratados no serviço público, a rotatividade dos/as servidores/as e o ônus que pode ser gerado às prefeituras pelas trocas frequentes de trabalhadores/as, visto que os contratos podem ser de 6 ou 12 meses, sendo renovados ou não ao longo da gestão municipal.

Tabela 1 Municípios com maior número de contratados na região

MUNICÍPIO	TIPO DE VÍNCULO	
	EFETIVO	CONTRATAÇÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE
GLÓRIA DO GOITÁ	455	1.005
GOIANA	2.001	2.102
LAGOA DE ITAENGA	592	715
LAGOA DO CARRO	210	217

PAUDALHO	111*	275*
VICÊNCIA	763	970

FONTE: dados consultados nos portais da transparência dos municípios – a saber: <http://gloriadogoita.pe.gov.br/transparencia/>, <http://177.53.73.31:5658/transparencia/>, https://transparencia.lagoadocarro.pe.gov.br/portal/v81/p_index_entidades/p_index_entidades.php?municipio=41&represent=1, <https://transparencia.itaenga.pe.gov.br/app/pe/lagoa-de-itaenga/1>, <http://pmpaudalho.cetecpublica.com.br:8079/transparencia/> e https://transparencia.vicencia.pe.gov.br/portal/v81/p_index/p_index.php – a partir de maio de 2022.

* Dados parciais, não foram encontradas informações referentes às secretarias de educação, assistência social e saúde deste município.

Estes dados confirmam a tendência do período, que incidia na retração dos direitos sociais e do trabalho seguro e protegido no país. Nesse sentido, a tramitação da PEC 32/2020 se coloca como risco à execução do serviço público, pois torna-o, gradativamente, um espaço para a realização do interesse pessoal e particular do grupo político que detém mais recursos e poderes em uma determinada região e amplia as chances de espriar, em todo o território nacional, traços da gestão patrimonialista. Condição que também revela o processo de alinhamento do Estado às novas condições de acumulação postas pelo capital.

É perante esse cenário, de aprofundamento das desigualdades sociais históricas, que o Estado no Nordeste é convocado, a partir da reconfiguração do Estado, via neoliberalismo, a atender as necessidades externas, ampliando as fronteiras da rentabilidade financeira dos países centrais e aprofundando, significativamente, nossos laços de dependência (BRETTAS, 2020). Assim, o Nordeste, que desempenha um papel específico e central na divisão regional do trabalho, já que compõe o exército industrial de reserva (PEREIRA, 2018), é forçado a acompanhar as alterações e metamorfoses do mundo do trabalho, com a explosão de novas formas de contratação e de ocupações que, cada vez mais, exploram e espoliam o/a trabalhador/a para a maior acumulação de riquezas do capital.

Atenta-se que esta requisição é posta a classe trabalhadora que apresenta os maiores níveis de pauperismo do país. Ou seja, na região que necessita de pleno emprego, ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, maior contingente de trabalhadores e serviços na assistência à população pauperizada, oferece-se

bicicletas, nas regiões metropolitanas, para a realização de entrega de comida, via aplicativo, em uma jornada extensa e intitulada de empreendedorismo. Assim, o Estado nestes locais reduz sua atuação na assistência à população, limitando-se a intervir nas situações de extrema pobreza e miséria, para dar espaço à boa vontade cristã, que é colocada como estratégia da re-filantropização das respostas às expressões da questão social.

Analisando as requisições da lei do desenvolvimento desigual e combinado, observa-se que o Nordeste do Brasil é a localidade perfeita, que reúne as condições necessárias para a manutenção da dependência. O território dispõe de formas arcaicas e modernas de explorar a classe trabalhadora, em suas diferentes atividades econômicas, as quais também reproduzem a singularidade da dependência, pois mantém as formas pretéritas e avançadas de acumular riquezas, seja no corte de cana, realizado no campo, ou no trabalho por aplicativo, disponível nas regiões metropolitanas. A classe trabalhadora segue em condições de vida hostis, que possibilita que homens e mulheres submetam-se a vender suas forças de trabalho por valores irrisórios, que não garantem, na atualidade, o mínimo necessário para a sua própria reprodução, revelando, deste modo, a peculiaridade da superexploração da força de trabalho no continente. Reúne também uma burguesia local rendida ao imperialismo e às necessidades externas, pelas quais, diariamente, “mata na unha” os trabalhadores do campo para manter seu padrão de vida, semelhante à burguesia sudestina, e para atender às necessidades do Sudeste e das economias centrais, mas não às necessidades locais das pessoas que condenam a morte precoce pelo excesso de Sol e péssimas condições de trabalho, em extensas jornadas, realizadas em caminhos e percalços duvidosos; além de um Estado conivente que aprova, promulga e executa leis que legitimam a desassistência a classe trabalhadora, deixando-os a própria sorte, pelas ruas e vielas em busca de pão e compaixão católica, como nos primórdios das políticas públicas no Brasil.

Nota-se ainda que, a burguesia local, especialmente, a burguesia sucroalcooleira, é acionista em diversas empresas pelo Brasil e demais países, nos quais investe com a mais-valia apropriada privativamente do trabalho coletivo de

trabalhadores/as do campo; assim o trabalho rural é, também, o financiador do capital financeiro, sediado nas bolsas de valores. É a espoliação do trabalho rural que garante a especulação financeira que rende taxas exorbitantes ao capital internacional.

Portanto, é visível como as contradições originadas pelo capitalismo estão presentes em todas as relações sociais tecidas no interior do modo de produção. As relações de trabalho no Nordeste são tecidas em uma íntima relação que “une o arcaico ao moderno e suscita a arcaização do moderno e a modernização do arcaico” (FERNANDES,1975, p. 61). Neste território, considerado atrasado, não é um objetivo econômico desenvolvê-lo, mas assegurar que continue cumprindo seu papel de produtor da superpopulação relativa, conforme o descompasso estabelecido pelo imperialismo para as nações do globo.

As intenções do capitalismo, assim, expõem a face predatória do capital que amplia, ao máximo, os níveis de exploração, retirando os direitos dos trabalhadores, favorecendo o endividamento das famílias e impedindo suas formas de organização coletiva. A execução da agenda neoliberal na atualidade impõe, à classe trabalhadora, os custos do padrão de acumulação capitalista e evidenciam que não há saída possível no interior da sociabilidade de crises do capital. Portanto, resta à classe trabalhadora construir um novo modo de produção que respeite as reais necessidades das relações de reprodução da força de trabalho regional, impedindo que a propriedade privada e acumulação de riquezas tornem a ser objetivos da atividade econômica.

4. CONCLUSÃO

Neste estudo, viu-se que o Nordeste é uma das regiões que concentra os maiores índices de desigualdade e pobreza no Brasil. Embora seja localizada em terras férteis, que produzem commodities para exportação, parte considerável de sua população não tem acesso à terra e vive a insegurança alimentar. Diante das condições impostas pelo capitalismo dependente e periférico, o Nordeste vive no limiar das contradições de classe do capital.

Reconhecida pela bravura e dureza de sua gente, na acolhida do povo

carismático e na disposição contínua dos trabalhadores, é esta classe trabalhadora incumbida de realizar as atividades braçais e de grande esforço físico pelo Brasil. Seja como candango ou nas vidas Severinas, os/as trabalhadores/as nordestinos/as carregam a função, vital ao capitalismo periférico, de compor o exército industrial reserva, para pressionar a baixezça dos salários daqueles que estão contratados. Também por isso, quando inclusos no mercado de trabalho, são chamados a ocupar cargos de mais esforço físico e menor esforço intelectual, visto que são às vagas que restam aos trabalhadores do Nordeste: servir os outros trabalhadores na construção ou produção de bens que serão enviados às nações centrais.

É também esta região que depende, substancialmente, das intervenções sociais do Estado na promoção e garantia de direitos sociais básicos, que, nos últimos anos, foram mitigados, e, hoje, são concedidos à mingua aos pobres miseráveis, considerados à escória do capitalismo atual e razão do Nordeste ser atrasado, em relação ao sul.

A este Nordeste, resta retornar ao seu berço: o espaço popular e de luta. Fortalecer as lutas camponesas e rurais é uma estratégia para enfrentar os limites postos pela sociabilidade. Apenas, na união de trabalhadores/as urbanos e rurais se encontrará a saída para a superação da dependência e derrocada do capitalismo.

5. REFERÊNCIAS

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, 292p.

CAMPOS, C. et. al. 'Guardiões do Crivella': funcionários da prefeitura fazem plantão na porta de hospitais para impedir trabalho da imprensa. **G1 Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/31/guardioes-de-crivella-funcionarios-da-prefeitura-fazem-plantao-na-porta-de-hospitais-para-atrapalhar-reportagens-sobre-a-saude-do-rio.ghtml>. Acesso em 14 maio 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F.. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE. PIB do Nordeste cresce acima da média Nacional. **DEE – Diário Econômico ETENE**, Ano II - Nº 117 - 02.12.2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482->

dspace/bitstream/123456789/787/ 1/2019_DEE_117.pdf. Acesso em 30 ago. 2022.

FERNANDES, F.. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, 413p.

GALINDO, O. (org.). **Desemprego sazonal na atividade açucareira pernambucana**: Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009, 140p.

GROHMANN, R.. Plataformização do trabalho: características e alternativas. IN: ANTUNES, R.. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IMDS. **Resultados de pobreza 2021**. Rio de Janeiro: Open Social, 2022. Disponível em: https://imdsbrasil.org/doc/lmds_apresentacao_pobreza_2021_24-06-2022.pdf. Acesso em 25 jul. 2022.

IPEA. **Três décadas da evolução do funcionalismo público no brasil (1986 - 2017)**: Atlas do Estado Brasileiro. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/download/154/tres-decadas-de-funcionalismo-brasileiro-1986-2017#:~:text=A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20%C3%ADnculos%20noaumentou%20para%2043%2C%25>. Acesso em: 16 maio 2022.

MARINI, R. M.. **Dialética da dependência**. 10.ed. México: Editora Era, 1990 [1973].

MARX, K.. **Contribuições à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

MASCARO, A. L.. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I.. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1.ed.. São Paulo : Boitempo, 2003. (Mundo do trabalho).

MONTAÑO, C. E.. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, N. 8, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066>. Acesso em 29 jul. 2022.

NAIME, L.. Endividamento e inadimplência são os maiores em 12 anos; 8 em cada 10 famílias têm dívidas, aponta CNC. **G1**. 08/08/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/08/endividamento-e-inadimplencia-sao-os-maiores-em-12-anos-8-em-cada-10-familias-tem-dividas-aponta-cnc.ghtml>. Acesso em 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSÓRIO, J.. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 07, N. 13, 2016, p. 494-539. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21820/15908>. Acesso em 22 jul. 2022.

PEREIRA, E. M.. **A dialética do desenvolvimento desigual interregional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015)**. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PNAD CONTÍNUA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Mercado de**

trabalho - 1º tri. 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>. Acesso em 22 jul. 2022.

SOUZA FILHO, R. de.; GURGEL, C.. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016, v.7. (Biblioteca básica de Serviço Social).

TONELO, I.. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

TROTSKY, L.. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. – Ed. do centenário -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, [1930] 2017. 3 v.

VALADARES, J.. Com disputa acirrada, servidores da Prefeitura do Recife são convocados a fazer campanha para João Campos. **Folha de São Paulo**. 25/11/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/com-disputa-acirrada-servidores-da-prefeitura-do-recife-sao-convocados-a-fazer-campanha-para-joao-campos.shtml>. Acesso em 14 maio 2022.